

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.655.368 - RO (2020/0020394-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : CREFISA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
ADVOGADO : LAZARO JOSE GOMES JUNIOR - MS008125
AGRAVADO : MANOEL DA SILVA VASCONCELOS
ADVOGADO : PEDRO LUIZ LEPRI JUNIOR - PR055483

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por CREFISA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, assim resumido:

Responsabilidade civil. Descontos indevidos. Empréstimo quitado. Repetição de indébito. Danos Quantum morais. . Proporcionalidade e razoabilidade.

Os descontos indevidos de prestações de empréstimo consistentes em valores maiores que o contratado reflete negligência e, por isso, enseja a reparação de danos experimentados pelo lesado em sede moral, que, em situações tais, emerge do fato em si e não demanda qualquer outra prova, sobretudo quando a conduta se prolonga por meses.

O valor do dano moral deve ser arbitrado observando-se as peculiaridades do caso concreto, a gravidade do dano e as condições socioeconômicas do ofensor e do ofendido, bem como atendendo ao caráter pedagógico da medida.

A restituição dos descontos excedidos deve ocorrer de forma dobrada, ante a má-fé verificada com o prolongamento do ato indevido. (fls. 196/197).

Quanto à primeira controvérsia, pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, alega violação do art. 927 do CC, no que concerne à ausência dos requisitos para a configuração do dano moral indenizável, trazendo os seguintes argumentos:

O V. Acórdão proferido feriu o art. 927 do Código Civil, na medida em que condenou a Recorrente em indenizar o Recorrido pelos danos morais supostamente sofridos por ele.

Referido dispositivo prevê a necessidade de configuração de três requisitos para a caracterização do dever de indenizar, quais sejam: o ato

ilícito, o dano e o nexo de causalidade entre o dano e o comportamento ilícito.

Contudo, tais requisitos não estão presentes nesta demanda, como já efetivamente comprovado.

A Recorrente não praticou qualquer ato ilícito porque comprovou que o Recorrido deixou de quitar as parcelas dos contratos celebrados em razão da insuficiência de saldo bancário, o que impossibilitou a Recorrente de cumprir com a sua obrigação contratual, e, assim, autorizou a cobrança das parcelas do contrato de forma parcelada com a inclusão dos devidos encargos moratórios. Assim, em razão de sua inadimplência, lícito foi a atitude da Recorrente ao inserir o nome do Recorrido nos cadastros de proteção ao crédito.

Dessa forma, a Recorrente agiu apenas em exercício regular de seu direito, ao requerer a inclusão do nome do Recorrido junto aos órgãos de proteção ao crédito.

De outro turno, também não restou demonstrado o dano supostamente sofrido pelo Recorrido, prova que lhe incumbia.

Aliás, mesmo que houvesse sofrido algum tipo de dano, não foi em razão de qualquer ato ilícito praticado pela Recorrente.

Portanto, não há uma relação de causalidade entre qualquer antijuridicidade praticada pela Recorrente e qualquer mal causado ao Recorrido, razão pela qual também não restou configurado o nexo causal.

Dessa forma, verifica-se que o V. Acórdão foi proferido em violação ao artigo 927 do Código Civil, na medida em que condenou a Recorrente no pagamento de indenização por danos morais, quando não restaram configurados os requisitos ensejadores a tal tipo de indenização. (fls. 238/239).

Quanto à segunda controvérsia, pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, aduz a necessidade de redução do valor abusivo fixado a título de indenização por danos morais, trazendo os seguintes argumentos:

Outrossim, caso seja mantida a condenação da Recorrente ao pagamento de indenização por danos morais, mesmo não estando presentes os requisitos para a configuração da responsabilidade civil, o valor arbitrado é totalmente abusivo.

Isso porque, não houve qualquer princípio ou fundamento razoável que justificasse tal valor. Isto é um absurdo.

[...]

Portanto, caso a condenação da Recorrente no pagamento de indenização por danos morais ao Recorrido permaneça, o que se admite apenas a título de argumentação, pois não houve qualquer irregularidade no contrato firmado pelas partes nem nos procedimentos adotados pela Recorrente, o valor deverá ser bruscamente reduzido, em observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. (fls. 239/241).

Quanto à terceira controvérsia, pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, sustenta ser descabida a determinação de devolução em dobro dos valores

descontados do recorrido, trazendo os seguintes argumentos:

No que se refere à condenação da Recorrente na restituição ao Recorrido dos valores supostamente pagos à maior, mostra-se tremendamente absurda.

O Recorrido pagou à Recorrente somente os valores devidos, legais e pactuados.

Questiona-se então: como é que a Recorrente vai devolver a Recorrida um valor que foi pago corretamente, em estrita observância ao contrato por ela firmado?

A resposta é muito simples: a Recorrente foi condenada a "devolver" o Recorrido uma importância indevida!! E, ainda, em dobro.

Mantida a r. sentença proferida, a Recorrente sofrerá um enorme prejuízo!!!!

Frise-se que, a manutenção da condenação da Recorrente à devolução em dobro dos valores descontados do Recorrido, o mesmo incorrerá em enriquecimento indevido às custas da Recorrente.

[...]

Assim, ainda que a r. sentença seja mantida, e exista algum valor à ser devolvido ao Recorrido, o que se admite apenas a título de argumentação, deverá ser reformada a r. sentença para que o valor seja devolvido em sua forma simples. (fls. 246/247).

Quanto à quarta controvérsia, pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, defende a redução do valor fixado para os honorários advocatícios, trazendo os seguintes argumentos:

Através da r. sentença proferida, o magistrado determinou que ao pagamento de custas e honorários, este fixados em 15% sobre o valor total da condenação, nos termos do art. 85, §2º, do CPC/2015, considerando o objeto em autos, o trabalho despendido pelos patronos e a natureza da demanda

[...]

Ocorre que a sentença deverá ser reformada para afastar a condenação em honorários sucumbenciais. Todavia, o valor arbitrado pelo juízo "a quo" no que se refere aos honorários advocatícios além de indevido e absurdo, é demasiadamente alto.

[...]

Conforme se depreende de referido artigo, o legislador estabeleceu critérios para que fossem arbitrados os honorários advocatícios.

No entanto, o valor fixado na r. sentença deixou de atender a esses critérios. Assim, evidente que o valor arbitrado, a título de honorários advocatícios é indevido e demasiado alto, se comparado ao trabalho desempenhado nestes vertentes, o qual não foi de grande complexidade.

Assim, deve ser afastada a condenação em honorários sucumbenciais.

Caso não seja este o entendimento de Vossa Excelência, o valor da condenação em honorários sucumbenciais deve ser brutalmente diminuído, uma vez que não reflete a realidade do presente caso, tendo sido arbitrado

de forma exagerada e em dissonância com o trabalho exigido nos presentes autos e com a norma processual. (fls. 247/248).

Quanto à quinta controvérsia, pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, alega a violação do art. 43 do CDC.

É o relatório. Decido.

Quanto à **primeira controvérsia**, pela alínea "a", na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que o reexame da premissa fixada pela Corte de origem quanto à presença ou não dos elementos que configuram o dano moral indenizável exigiria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso especial.

Confirmam-se os seguintes precedentes: AgRg no REsp 1.365.794/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Corte Especial, DJe 9/12/2013; AgRg no Ag 1.408.221/RJ, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/6/2012; AgInt no REsp 1.785.677/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 2/9/2019; AgInt no AREsp 1.486.359/SC, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe 30/8/2019; AgInt no REsp 1.652.916/SP, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 30/8/2019; AgInt no AREsp 1.413.617/GO, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 17/5/2019.

Ademais, também para a primeira controvérsia, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, pois, a despeito de ter sido apontada a alínea "c" do permissivo constitucional, a parte recorrente não indicou expressamente qual o acórdão tido por paradigma, o que impede eventual análise da divergência de interpretações.

Confirmam-se nesse sentido os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.019.207/SC, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 1º/8/2017; AgRg no AREsp n. 545.856/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 19/2/2015; e AgRg no AREsp n. 431.782/MA, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 12/5/2014.

Quanto à **segunda, à terceira e à quarta controvérsias**, pela alínea "a", na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a

mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Impossível o conhecimento do recurso pela alínea 'a'. Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Ademais, também para **a segunda, terceira e quarta controvérsias**, pela alínea "c", incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF” (AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014).

Por fim, quanto **à quinta controvérsia**, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstra, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou o dispositivo de lei federal apontado, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou no sentido de que

a “argumentação recursal em torno de normas infraconstitucionais não pode ser meramente genérica, sem o desenvolvimento de teses efetivamente vinculadas a elas e sem a demonstração objetiva de como o acórdão recorrido as teria violado. Incidência da Súmula n. 284/STF” (REsp n. 1.293.548/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/6/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.442.952/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/2/2017; EDcl no AgRg no AREsp n. 422.103/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 13/10/2014; AgRg no AREsp n. 413.345/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 22/10/2015; e AgRg no AREsp n. 634.545/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 18/5/2015.

Ademais, também para **a quinta controvérsia**, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, uma vez que não cumpridos os requisitos legais dos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Nesse sentido, os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.339.575/DF, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no REsp 1.763.014/RJ, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 19/12/2018; AgInt no REsp 1.696.707/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 12/3/2018; e AgRg no REsp 1.683.470/AP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 31/10/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente